

Lisboa, 11 de outubro de 2013

Exmo. Sr. Presidente do Grupo Parlamentar

O debate sobre o pagamento das subvenções vitalícias por desempenho de funções públicas foi relançado nos últimos dias. Creio que a Assembleia da República deu já um passo enorme em 2005 quando aprovou o fim de um regime de exceções e benefícios de incompreensível explicação. Contudo, essa decisão deixou ainda algumas pontas soltas, particularmente no que tocou às subvenções vitalícias que estavam ou viriam a estar em pagamento. Essa realidade coloca em causa o desempenho de funções públicas aos olhos dos cidadãos, a quem estão a ser pedidos enormes sacrifícios. Está na nossa mão colocar um verdadeiro ponto final numa situação que já não deveria existir. É esse o mote desta missiva.

Algumas notícias recentes dão conta da vontade do Governo em reduzir o valor das subvenções vitalícias pagas por desempenho de funções públicas, em proposta orçamental. Na sequência destas notícias, vários deputados de diversos Grupos Parlamentares tornaram pública a sua posição pessoal favorável à eliminação total do pagamento das subvenções vitalícias. Parece-me ser essa a posição que a Assembleia da República, como um todo, deveria assumir, independentemente do valor proposto pelo Governo. Essa seria a resposta dos deputados eleitos na convicção que o desempenho dos cargos públicos não pode originar nenhum regime de exceção, benesses ou mordomias. Assim, devemos passar da posição individual à posição institucional.

Os princípios éticos no desempenho de cargos públicos não podem ficar sob qualquer suspeita. A resposta mais forte na afirmação desses princípios é eliminar totalmente as subvenções vitalícias. Este é o desafio que a todos é colocado. No período orçamental que inicia já na próxima semana, a AR pode e deve assumir uma posição inequívoca sobre essa matéria.

A proposta que lança a presente missiva é a de convocar o Grupo Parlamentar de V. Exa. para participar na tomada de uma posição conjunta na AR, enquanto proposta de alteração ao Orçamento de Estado para 2014, de eliminação total do pagamento das subvenções vitalícias. Para esse efeito, enviei também cartas idênticas às restantes lideranças parlamentares. Aguardarei, com convicção positiva, as várias respostas.

Com os melhores cumprimentos,

(Pedro Filipe Soares)